PROGRAMA BRASÍLIA
CIDADE 21

CADERNO II.

DIAGNÓSTICOS DE REALIDADE LOCAL

BRASÍLIA, 2009.

Governador do Distrito Federal
José Roberto Arruda

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal

Presidente
Gustavo Souto Maior

Secretária Geral
Adriana Salles Galvão Leite

Superintendente de Estudos, Programas, Monitoramento e Educação Ambiental
Vânia Cerqueira Barbosa

Diretoria de Educação Ambiental e Difusão de Tecnologias
Maria Beatriz Maury de Carvalho

Programa Brasília Cidade 21

Coordenação Geral
Adolpho Luis Kesselring

Coordenação Técnica
Luciana Lopes Cavalcante

Apoio

Tatiana Ikawa

Mayana Karla Soares Caldeira

Ricardo Cesar Gomes

Publicação

Redação
Luciana Lopes Cavalcante

Revisão
Andrei Mora Goulart

SUMÁRIO

AGENDA 21: UM INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO 1

AS ETAPAS PARA A ELABORAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS DE REALIDADE LOCAL 2

APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO 4

FORMATAÇÃO 4
CAPA E CONTRACAPA 4
APRESENTAÇÃO 5
SUMÁRIO 5
ANEXOS 5
BIBLIOGRAFIA 5

PARTE A. IDENTIFICAÇÃO 6

PARTE B. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE 6

ABORDAGENS DENTRO DE CADA EIXO TEMÁTICO 6
CONDICIONANTES 8

EIXOS TEMÁTICOS 10

EIXO TEMÁTICO I. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO 11
EIXO TEMÁTICO II. RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO 13
EIXO TEMÁTICO III. ÁREAS PROTEGIDAS, ÁREAS VERDES E BIODIVERSIDADE 18
EIXO TEMÁTICO IV. INFRA-ESTRUTURA, SERVIÇOS E SISTEMAS DE CIRCULAÇÃO 21
EIXO TEMÁTICO V. EDUCAÇÃO E CIDADANIA AMBIENTAL 23
EIXO TEMÁTICO VI: SAÚDE 24
EIXO TEMÁTICO VII. OUTROS 25

PARTE C. LEVANTAMENTO DOS SEGMENTOS SOCIAIS 25

PARTE C. LEVANTAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS 26

E EXPERIÊNCIAS SUSTENTÁVEIS 26

PARTE D. AGENDA 21: O QUE VOCÊ TEM A VER COM ISSO? 27

AGENDA 21: UM INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO

O processo de construção da *Agenda 21* é um momento significativo na apropriação do conceito de sustentabilidade e na viabilização de suas possibilidades de aplicação na organização social. Torná-la realidade é, antes de tudo, um processo social no qual os atores pactuam novos consensos e celebram compromissos possíveis rumo ao futuro que se deseja.

Na *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, a Eco-92, ficou a clara orientação para o desenvolvimento tendo o meio ambiente como prerrogativa de primeira ordem, sendo papel dos governos incorporarem essa consideração na formulação e implementação das políticas públicas. Contudo,

> *a Agenda não enfoca apenas situações voltadas à preservação e conservação da natureza. Considera questões estratégicas ligadas à geração de emprego e de renda; à diminuição das disparidades regionais e interpessoais de renda; às mudanças nos padrões de produção e consumo; à construção de cidades sustentáveis; à adoção de novos modelos e instrumentos de gestão. Em suma, a agenda 21 deve expressar um planejamento estratégico e participativo, que determina as prioridades a serem definidas e executadas em uma parceria entre governo e sociedade.*
>
> (MMA, 2004)

Qualquer iniciativa de planejamento não tem um fim em si mesma: constitui um meio para a satisfação das necessidades humanas e sócio-ambientais. Planejar é traçar o rumo dos acontecimentos e direcionar o processo de tomada de decisões de forma coerente com as aspirações a serem alcançadas, ou seja, é uma forma de aproximação de uma realidade existente a uma realidade desejada. No caso da *Agenda 21*, essa realidade desejada é formulada conjuntamente pelos segmentos sociais.

A *Agenda 21* não é um plano de governo. Trata-se de uma proposta estratégica e coletiva destinada a subsidiá-lo e a ser adaptada, no tempo e no espaço, às peculiaridades de cada localidade e ao sentimento de sua população.

Como instrumento de planejamento, a construção da *Agenda 21* passa por um processo lógico de pensamento mediante o qual se analisa a realidade e se estabelece os meios que permitirão transforma-la de acordo com os anseios em pauta.

Uma vez que se decida experimentar transformações por meio do planejamento, o primeiro passo a ser dado é a elaboração de um diagnóstico do objeto a ser planejado, ou seja, uma análise dos fenômenos a serem trabalhados. Somente analisando objetivamente uma realidade é possível condicionar diretrizes prioritárias e ações estratégicas que venham de encontro aos problemas e potencializem as vocações de cada território, em suas diferentes escalas.

A *Agenda 21 do Distrito Federal* tem por objetivo avaliar os entraves e as potencialidades de seu território para instituir um modelo de desenvolvimento sustentável, determinando diretrizes e linhas de ação cooperadas ou partilhadas entre a sociedade civil e o setor público.

Um planejamento efetivo para o desenvolvimento sustentável requer que estejam pautadas as temáticas primordiais a serem trabalhadas e a metodologia de elaboração do diagnóstico, assim como pressupõe a compreensão da natureza sistêmica dos problemas locais e regionais.

AS ETAPAS PARA A ELABORAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS DE REALIDADE LOCAL

As Regiões Administrativas do Distrito Federal são as bases territoriais para a elaboração dos *Diagnósticos de Realidade Local* e, para tanto, devem seguir algumas etapas básicas visando se instrumentalizar e garantir sua efetiva contribuição na construção das *Agendas 21 Regionais* em que se inserem. Assim, é desejável que as seguintes etapas sejam vencidas:

- Formação de agentes multiplicadores da proposta e metodologia do *Programa Brasília Cidade 21*;
- Formação da *Comissão de Acompanhamento da Agenda 21*;
- Elaboração dos *Diagnósticos de Realidade Local*;
- Mobilização da população, com representatividade de segmentos sociais, para a devida legitimação e concretização do *Diagnóstico de Realidade Local*.

Quanto à formação dos agentes multiplicadores, desde 2008, o IBRAM promove *Cursos Básicos de Educação Ambiental com ênfase na Agenda 21* destinados a diferentes públicos. Na proximidade dos *Seminários Regionais – Pré-Conferências da Agenda 21* é encerrada a terceira versão dessa iniciativa com foco nos servidores das *Administrações Regionais.*

O curso é estruturado em 60 horas, divididas em 3 módulos. Seu objetivo geral é promover o conhecimento e a reflexão sobre as várias nuances do território do Distrito Federal e sobre a proposta da *Agenda 21* em suas diferentes escalas territoriais. Para tanto, o curso é dividido em temas oportunamente apresentados por profissionais de referência nos assuntos abordados[1].

Como ferramenta didática é utilizada a série *Multimeios em Educação Ambiental*, conjunto de cartilhas, fruto de uma parceria entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento[2].

Quanto aos *Diagnósticos de Realidade Local*, seu primeiro desenho é realizado no âmbito das Administrações Regionais, com a breve caracterização de seu território em vários aspectos e com o levantamento dos principais entraves e vocações, assim como das ações mais acertadas para solucionar problemas ou potencializar aptidões. A esse documento, chamaremos aqui de ***Diagnóstico de Realidade Local – Fase I***.

A partir do *Diagnóstico de Realidade Local – Fase I* é ideal que se realizem reuniões comunitárias, foros abertos ou oficinas de mobilização, que abordem as temáticas do documento e gerem discussões para seu aprimoramento. Com o envolvimento de diferentes segmentos sociais e a agregação de sua visão, passa-se a um diagnóstico de maior legitimidade, aqui denominado ***Diagnóstico de Realidade Local – Fase II***.

Adicionalmente, essa atividade ajuda a preparar a população para as fases posteriores do processo de planejamento e permite que se constitua a ***Comissão de Acompanhamento da Agenda 21***[3], com representatividade de diferentes setores da sociedade dispostos a se engajar nesse intuito.

---

[1] O Programa do *Curso de Educação Ambiental com ênfase na Agenda 21* pode ser consultado no *site* do IBRAM.
[2] As cartilhas em formato digital podem ser consultadas no *site* do IBRAM.
[3] Algumas instruções para facilitar a formação das comissões e a promoção de ações de mobilização estão descritas em cadernos específicos, que poderão ser consultados no site do IBRAM.

O *Diagnóstico de Realidade Local* e a eleição de diretrizes e ações estratégicas durante os *Seminários Regionais – Pré-Conferências da Agenda 21* não precisam ter um fim exclusivo na *Agenda 21 Regional*. Pode-se detalhar e priorizar continuamente as demandas na medida em que surjam, interpretando suas relações de causa e efeito, de acordo com a dinâmica considerada mais pertinente pela *Comissão de Acompanhamento da Agenda 21 Local.*

Enquanto processo contínuo, o planejamento envolve a constante busca por atualização, de forma a evitar o surgimento de grandes lacunas e o distanciamento entre as prioridades de ação e a realidade local. Na medida em que haja um grupo local engajado no processo de pensar seu espaço, poderão ser permanentemente inseridas e revisadas as estratégias, sempre que se dispuser de novos dados que as justifique.

O permanente aprimoramento do *Diagnóstico de Realidade Local*, seja pelo aprofundamento das análises, seja por se agregar opiniões e olhares de diferentes segmentos sociais mobilizados, permitirá a construção de instrumentos de planejamento locais com níveis de detalhamento e capacidade de articulação cada vez maiores, se assim se desejar.

Com tempo, além das características locais e seus problemas e vocações, é interessante agregar à matriz de avaliação estratégica algumas práticas bem-sucedidas de outras localidades, que possam ser adaptadas e replicadas com maior probabilidade de sucesso, tendo em vista que possíveis erros de percurso ocorridos na experiência–piloto podem ser evitados.

Por esse motivo, as Administrações Regionais do Distrito Federal e demais atores envolvidos necessitam de intercâmbios de experiências não só entre si, mas com as demais iniciativas de desenvolvimento das *Agendas 21 Locais* em todo o país e no mundo.

Para a troca de informações e experiências internas, há um canal de comunicação virtual no âmbito do Distrito Federal que vem crescendo em número de participantes e por onde serão disseminadas informações diversas relacionadas ao *Programa Brasília Cidade 21*. Para tanto, basta que se realize um cadastro no sitio da internet http://br.groups.yahoo.com/group/agenda21_df/ e se crie uma identidade para a participação ativa.

Serão lançados, ainda, *clippings* quinzenais atualizando os interessados sobre as ações realizadas no âmbito de cada Região Administrativa e do *Fórum da Agenda 21 do Distrito Federal*. Para recebê-los, basta cadastrar-se na mala direta do *Programa Brasília Cidade 21*[4], enviando uma mensagem (*e-mail*) com o título *mala direta agenda 21* para o endereço ibram.ea.capacitacao@gmail.com ou visitar periodicamente o site do IBRAM.

Existem redes maiores de troca de informações sobre Agendas 21 Locais das quais o Distrito Federal faz parte e, gradativamente, os atores envolvidos poderão se atualizar e participar mais ativamente.

[4] Todos os participantes dos *Cursos Básicos de Educação Ambiental com ênfase na Agenda 21* e os membros do *Fórum da Agenda 21 do Distrito Federal* já estão cadastrados.

APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO

Anexo a esse caderno, é disponibilizado um formulário de fácil preenchimento, destinado a direcionar a coleta de informações e a trazer maior praticidade ao levantamento de limitações e vocações em cada um dos eixos temáticos, assim como dos segmentos sociais e das manifestações artísticas de cada região, que possuam aspectos interessantes sob o ponto de vista sócio-ambiental.

Os *Diagnósticos de Realidade Local* darão subsídios e otimizarão os trabalhos durante os *Seminários Regionais – Pré-Conferências da Agenda 21*. Devem, portanto, ser entregues a Secretaria Executiva do *Programa Brasília Cidade 21* e/ou a Gerência de Capacitação e Difusão de Tecnologias do IBRAM em tempo hábil para sua sistematização e divulgação junto ao *Fórum da Agenda 21 do Distrito Federal*.

Solicita-se a entrega em uma via impressa (não há necessidade de que seja colorida) e uma via digital (em *word*, gravado em CD) desse formulário devidamente preenchido.

Durante o processo de elaboração do documento, dúvidas, esclarecimentos e apoios diversos poderão ser solicitados pelo endereço eletrônico ibram.ea.capacitacao@gmail.com. Por meio desse canal, se fará a ponte dos técnicos das Administrações Regionais com o corpo técnico do IBRAM e do *Fórum da Agenda 21 do Distrito Federal*, de acordo com cada necessidade.

A seguir, é descrita e detalhada cada seção do formulário de *Diagnóstico de Realidade Local*, com o intuito de facilitar e padronizar o trabalho das Administrações Regionais.

FORMATAÇÃO

O formulário de preenchimento do *Diagnóstico de Realidade Local* traz consigo uma auto-formatação e indicações em realce que auxiliam seu preenchimento sem a preocupação com o padrão.

O formulário é disponibilizado em *word 2003*. O tamanho do papel é *A4*. Sua margem superior é *2,5 cm* e as demais *2 cm*. A fonte utilizada para seu preenchimento é *Verdana*, tamanho *11*. O parágrafo possui alinhamento *justificado*, sem recuo, espaçamento de *6 pontos* antes e depois, entre linhas *simples*.

Assim como na capa, em seu cabeçalho constam a identificação do *Programa Brasília Cidade 21*, o título do documento e a RA em foco. Em seu rodapé, o número de página *centralizado,* com contagem iniciada a partir da ficha técnica (Parte A: Identificação).

ATENÇÃO: Ao finalizar a elaboração do documento, os realces e instruções em vermelho devem ser retirados.

CAPA E CONTRACAPA

A título de padronização, há no formulário de preenchimento um modelo de capa com a identidade visual adotada pelo *Programa Brasília Cidade 21.* Ali, constam i) o nome e logomarca do programa; ii) o título do documento, especificando sua fase – no caso *fase I*, para o documento elaborado no âmbito das Administrações Regionais, *fase II*,

para o caso de sua validação entre grupos representativos de outros segmentos sociais locais; iii) a Região Administrativa em foco; e iv) o mês e ano de sua conclusão.

Na contracapa devem aparecer os nomes dos autores principais e dos demais participantes efetivos da elaboração do documento, identificando sua formação, titulação, instituição ou segmento social, se for o caso. Caso tenha havido uma parceria formal (com alguma faculdade, grupo de estudantes ou ONG local, por exemplo) é na contracapa que devem constar os créditos de todos os envolvidos na elaboração do documento. Poderá constar, ainda, o nome do Administrador Regional, se ele assim o desejar.

A critério dos autores, poderá ser veiculado nesse espaço os agradecimentos relativos a pessoas e a instituições que, de algum modo, contribuíram para o sucesso do trabalho de elaboração do *Diagnóstico de Realidade Local* e até mesmo para a construção e viabilização da *Agenda 21 Regional* de forma mais ampla.

APRESENTAÇÃO

Consiste na contextualização para o leitor sobre o que contém o documento e sua importância em aspectos diversos como: organização e engajamento institucional, mobilização e desenvolvimento local, conhecimento e documentação da realidade local, expectativas de envolvimento no processo de elaboração das *Agendas 21*, dentre outros considerados pertinentes.

Esse item é de caráter opcional e poderá ser elaborado pelo Administrador Regional, pelos próprios autores do diagnóstico, pela *Comissão de Acompanhamento da Agenda 21 Local* ou mesmo por um convidado.

SUMÁRIO

Trata-se, como de praxe, da lista do conteúdo do documento (itemização) e suas respectivas páginas, onde cada abordagem pode ser encontrada. No formulário basta apenas inserir as numerações.

ANEXOS

Esse item é de caráter opcional e poderá apresentar tabelas de dados, mapas, fotografias e outras informações que sirvam de referência e complemento para o entendimento do diagnóstico. Os anexos deverão ser dispostos em itens ordenados por letras maiúsculas (A, B, C etc) e apresentados antes da bibliografia.

BIBLIOGRAFIA

Entende-se por *referências bibliográficas* a lista de todas as formas de publicações citadas nos textos, de preferência conforme as normas de classificação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Todavia, se houver familiaridade com outro sistema de classificação, fica livre seu uso.

Por *bibliografia consultada* entendem-se todas as formas de publicações ou fontes de informações consultadas, não necessariamente citadas no texto.

PARTE A. IDENTIFICAÇÃO

O *Diagnóstico de Realidade Local* deverá ser iniciado com a apresentação de uma ficha técnica da Administração Regional (A1), da Região Administrativa (A2) e da *Comissão de Acompanhamento da Agenda 21 Local* ou grupo similar (A3), se for o caso. Esta ficha tem como objetivo apresentar dados básicos de forma sucinta e de fácil consulta.

PARTE B. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE

Assim como as *Agendas 21 Nacionais* não devem, necessariamente, repetir ou duplicar todos os tópicos da *Agenda 21 Global*, as *Agendas 21 Locais* não precisam se fixar no conjunto de temas trabalhados nessas duas escalas.

Cada localidade trabalhará sobre um conjunto de eixos temáticos, expondo questões que melhor reflitam sua problemática sócio-ambiental, e contribuam para a implementação da sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento em escala local.

Por mais que, em um primeiro olhar, a maior parte dos problemas pareça similar, é muito pouco provável que estes cheguem a ser idênticos entre as Regiões Administrativas. Por isso, o conteúdo de todo planejamento deve ser congruente com a realidade que se pretende modificar.

O trabalho com temas estruturantes do cenário de futuro desejável será a base para a realização do diagnóstico, que deve se constituir por uma breve caracterização e pelo levantamento dos entraves à sustentabilidade e vocações a serem estimuladas.

A metodologia que se segue define quais são os temas considerados prioritários, deixando espaço para o estabelecimento de aspectos que respondam às especificidades de cada Região Administrativa. As informações deverão ser dispostas segundo as orientações que se seguem, em formulário específico, anexo a esse caderno.

ABORDAGENS DENTRO DE CADA EIXO TEMÁTICO

1) Breve caracterização

Na caixa *Caracterização Geral*, deve-se procurar descrever e contextualizar o cenário da Região Administrativa sob o foco do eixo temático em questão, expondo informações sem julgamento de valor. Nessa caixa, deve-se evitar estender o texto por mais que uma lauda.

Cada eixo temático é acompanhado por um pequeno texto de embasamento, assim como por *perguntas orientadoras,* que auxiliarão sua breve caracterização. Não é necessário que todas as *perguntas orientadoras* sejam contempladas, estas, servem apenas para guiar os autores sobre abordagens pertinentes ao temário apresentado.

2) Avaliação estratégica e proposições

Após a *Caracterização Geral* são apresentadas duas matrizes de avaliação estratégica da Região Administrativa, por eixo temático. Esse item constitui uma análise da situação geral da Região Administrativa em foco, com relação aos fatores e cenários internos e externos que impulsionam ou dificultam a consecução de um desenvolvimento mais equilibrado e próximo a uma situação de sustentabilidade.

Nessas matrizes de avaliação são registrados e sistematizados os principais fenômenos e condições que constituem vocações/ aptidões (ou seja, as hipóteses de ganhos, que aqui chamamos de *forças impulsoras*) e dificuldades/ empecilhos (ou seja, as hipóteses de danos, que aqui chamamos de *forças restritivas*).

Nesse momento, é ilimitada a quantidade de *forças impulsoras* e *forças restritivas* registradas, sendo apropriada uma dinâmica de "chuva de idéias". A cada item abordado se segue uma descrição da *situação desejada* relacionada.

A partir da sistematização desses fatores, é proposto um exercício onde as informações geradas orientam a reflexão sobre as ações mais acertadas a cada uma das *forças impulsoras* e *forças restritivas* para que se possa atingir a *situação desejada*. A essas ações estratégicas, chamamos aqui de *premissas ofensivas ou de avanço* e de *premissas defensivas ou de recuperação*, respectivamente.

As premissas devem ser elaboradas de forma clara e concisa, iniciando-se com verbos no infinitivo. Exemplo: Construir, reformar, capacitar, recuperar etc.

2.1) Forças Impulsoras

Entre as *forças impulsoras*, podem-se listar vocações locais, pontos fortes, oportunidades ou mesmo uma idéia ou projeto em fase de elaboração/implementação dentro de determinado tema, ao qual seja importante fortalecer ou dar continuidade.

A *Matriz de Forças Impulsoras* aparecerá no formulário da seguinte forma:

Forças Impulsoras	Situação pretendida	Premissas Ofensivas e de Avanço
1.		1.1
		1.2
		1.3

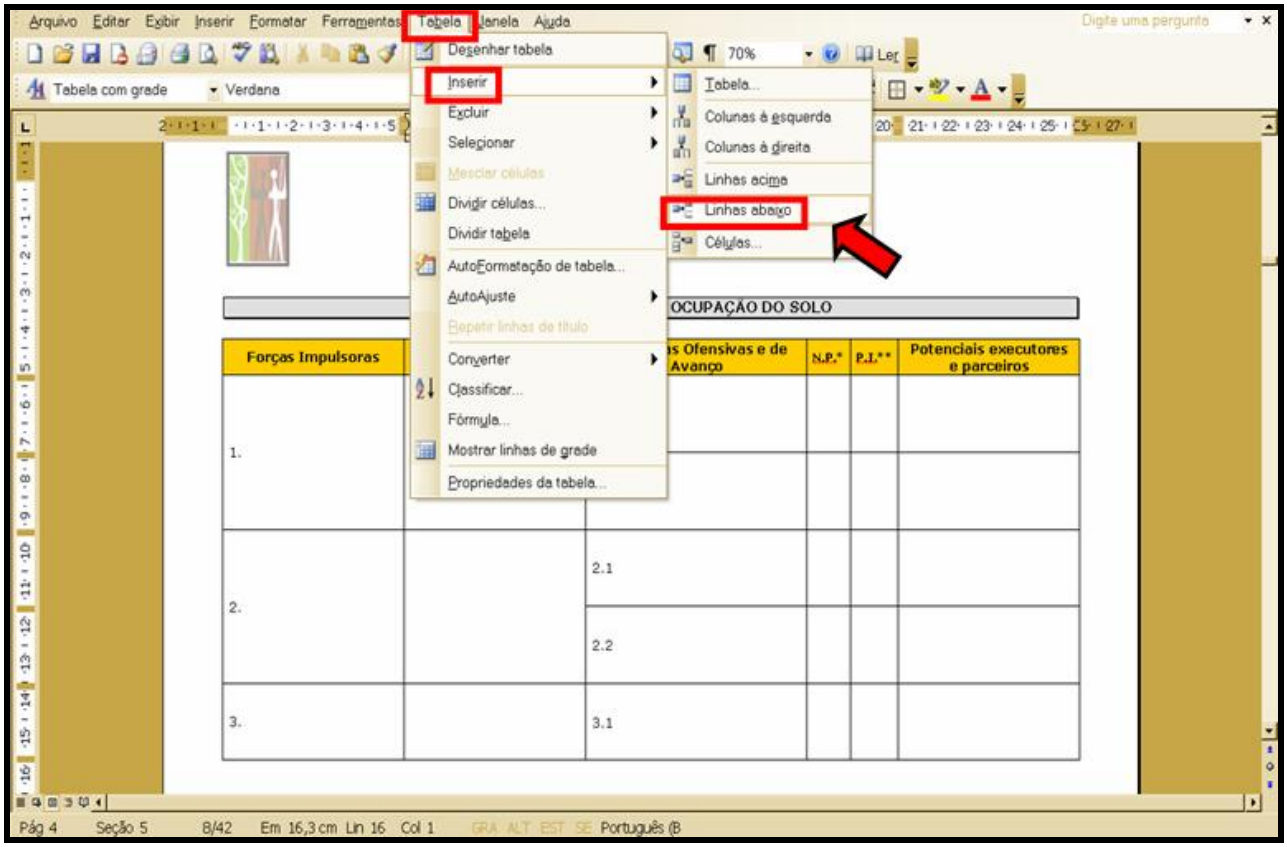
2.2) Forças Restritivas

Entre as *forças restritivas*, podem-se listar problemas locais, dificuldades, pontos fracos, ameaças ou mesmo alguma situação ainda não consumada, mas que constitua um potencial problema no futuro, para os quais seja desejável tomar providências.

A *Matriz de Forças Restritivas* aparecerá no formulário da seguinte forma:

Forças Restritivas	Situação pretendida	Premissas Defensivas e de Recuperação
1.		1.1
		1.2
		1.3

Nos dois casos, podem-se acrescentar quantas linhas se fizer necessário na tabela. Para tanto basta clicar em uma das células da última linha. No menu *Tabela*, apontar o cursor para a opção *Inserir* e clicar em *Linhas abaixo*.



CONDICIONANTES

Finalizando a avaliação estratégica nas matrizes de avaliação anteriormente apresentadas, serão analisados mais 3 pontos:

3) Nível de prioridade

Apesar de se tratar de uma categorização bastante subjetiva, a classificação das premissas em diferentes níveis de prioridade possibilita que ações de variadas ordens sejam dispostas em uma mesma matriz de avaliação sem que, contudo, uma se sobreponha à outra em importância inadequadamente.

No formulário de preenchimento, esse campo é identificado pela sigla *N.P.* As categorias adotadas nessa condicionante também serão identificadas por siglas, segundo a legenda que se segue:

Extremamente Alta: EA
Medianamente Alta: MA
Alta: A

4) Prazo de implementação

A título de padronização, adotaremos aqui os seguintes horizontes temporais: *curto prazo*, premissas cuja devida implementação é possível em até 5 anos; *médio prazo*,

entre 6 e 10 anos; *longo prazo*, acima de 10 anos; *emergencia*l, que demanda um esforço diferenciado para a rapidez em sua implementação; *contínuo*, que deve ser permanentemente realizado.

No formulário de preenchimento, esse campo é identificado pela sigla *P.I.* As categorias adotadas nessa condicionante também serão apresentadas de forma abreviada, segundo a legenda que se segue:

Curto Prazo: CP
Médio Prazo: MP
Longo Prazo: LP
Emergencial: PE
Contínuo: Cn

Observação importante: O *prazo de implementação* é diferente do *nível de prioridade*. Aqui, as premissas são tomadas isoladamente na classificação. No *nível de prioridade*, a categorização envolve uma hierarquização das premissas uma em relação à outra. Desta forma, uma premissa com implementação de *longo prazo* poderá ser classificada com um nível de prioridade *extremamente alto* enquanto que uma premissa de *curto prazo* poderá ter menor prioridade em relação às outras.

5) Potenciais executores e parceiros

Nesse campo serão relacionados os órgãos, instituições ou grupos de pessoas com quem se poderá buscar cooperação para a viabilização de determinada premissa indicada.

A indicação dos potenciais executores e parceiros não implica seu compromisso na consecução das ações, senão, um panorama da necessidade de gestões interinstitucionais e articulações necessárias para cada estratégia.

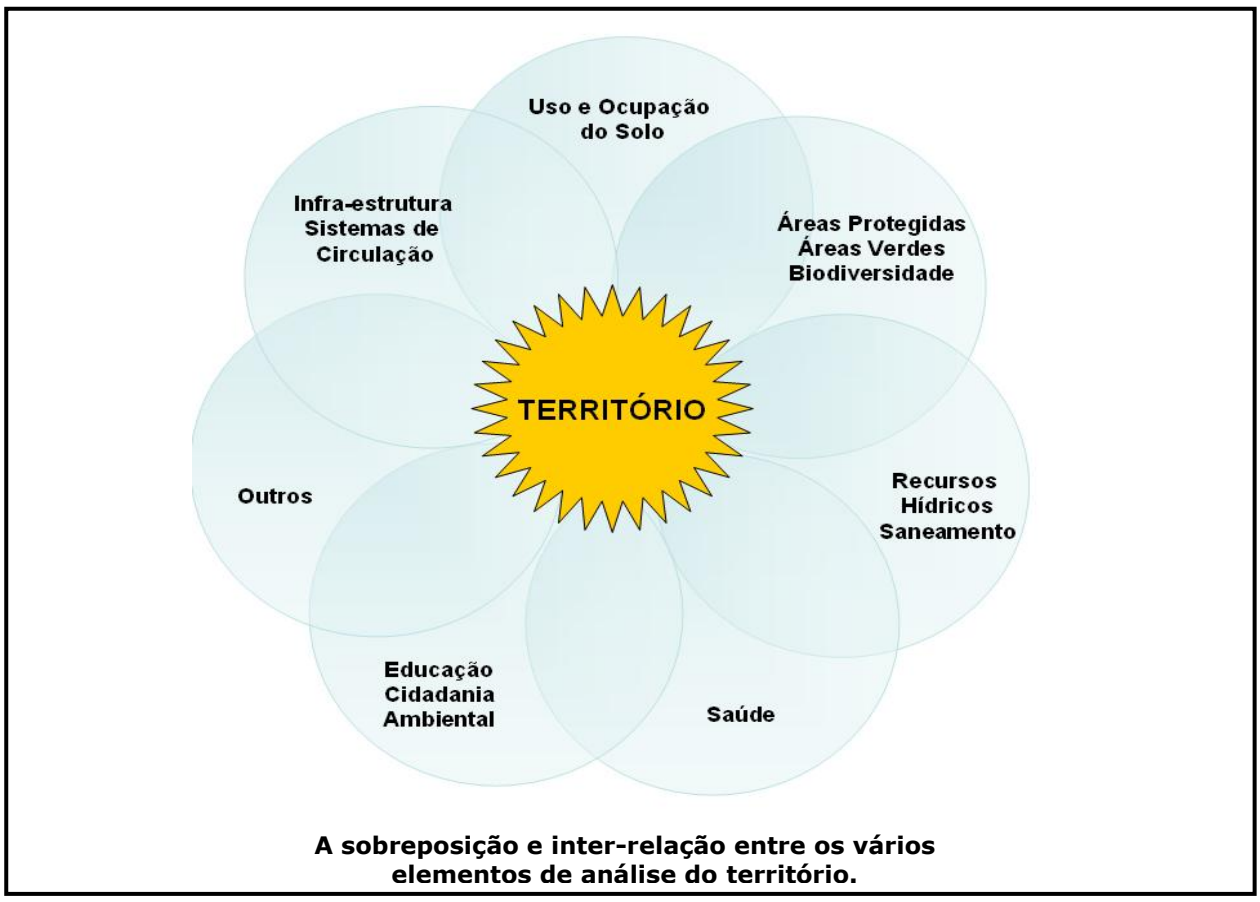
Os *Diagnósticos de Realidade Local* serão repassados na íntegra ao *Fórum da Agenda 21 do Distrito Federal*, para seu conhecimento e registro, fato que poderá desencadear uma série de parcerias e orientações para a concretização das propostas.

EIXOS TEMÁTICOS

Os eixos temáticos têm como finalidade facilitar a coleta e apresentação de informações que caracterizem e analisem o território sob determinados aspectos. Ao realizar uma análise partindo de eixos temáticos, é essencial que não se perca de vista a perspectiva didática sem, contudo, desconsiderar as múltiplas relações.

Sendo a realidade transdisciplinar, inevitavelmente todos os eixos acabam por se inter-relacionar e influenciar uns aos outros, visto que seu funcionamento sistêmico não permite que, numa situação real, se divida o território em aspectos isolados de diferentes áreas do conhecimento como se propõe numa abordagem didática.

Assim, o tipo de uso e as categorias de ocupação do solo influenciam na qualidade dos recursos hídricos e na efetividade dos objetivos de uma área protegida. Da mesma forma, a saúde de um indivíduo está intimamente relacionada às condições de saneamento, de educação, de acesso à informação e ao poder aquisitivo.



A sobreposição e inter-relação entre os vários elementos de análise do território.

Dessa forma, além de tratar os assuntos isoladamente sem, contudo, perder sua perspectiva transdisciplinar, é essencial lembrar que também os diferentes espaços trabalhados possuem múltiplas relações e da importância de considerar não somente os elementos estritamente ligados à escala local, mas tudo que a circunda e dela não se separa.

A seguir, são brevemente apresentados os eixos temáticos, assim como as perguntas orientadoras que contribuirão para sua caracterização e conseqüente análise.

EIXO TEMÁTICO I. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Antes mesmo do início da construção da capital no centro do país, houve pioneirismo na consideração das questões sócio-ambientais e preocupação na contenção do avanço das áreas urbanas no entorno de Brasília.

Muitos dos acampamentos de trabalhadores que vieram no estabelecimento da cidade tornaram-se instalações permanentes no entorno de Brasília e, aos poucos, mediante incentivos governamentais, o Distrito Federal foi tornando-se um grande pólo de atração populacional no Centro-Oeste.

A Unesco, no âmbito do *Programa Homem e Biosfera*, realizou um mapeamento multitemporal do DF que revela a dinâmica de transformação dos padrões de uso do solo e da vegetação. Os mapas a seguir comparam mudança na conformação da paisagem entre os anos de 1954 e 2001, respectivamente.

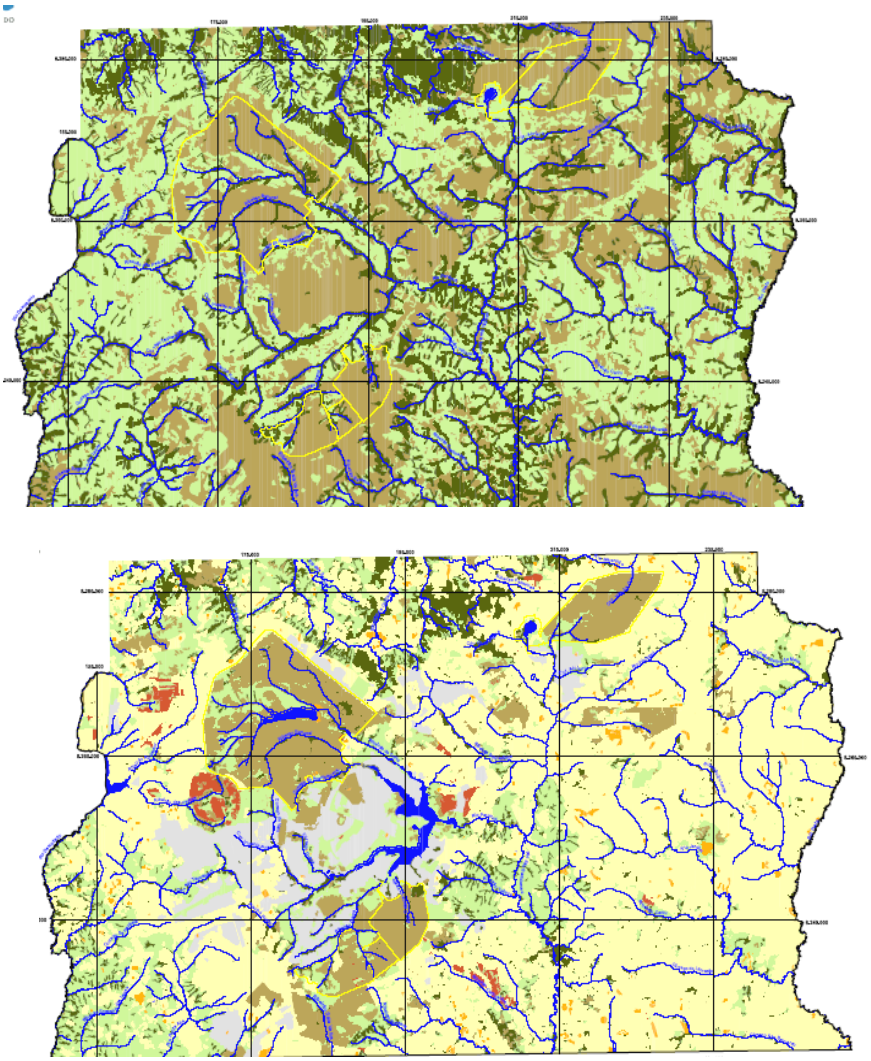
O crescimento das áreas de exploração agropecuária, especialmente a partir dos anos 80 nas bacias hidrográficas do rio Preto e São Bartolomeu, somado ao intenso adensamento da malha urbana, modificaram de forma significativa a paisagem e foram, gradativamente, reduzindo os espaços naturais.

Apesar de ter sido objeto de planejamento por meio de vários instrumentos de ordenamento, o crescimento urbano no DF, além das cidades formais, teve como principais contribuintes os loteamentos irregulares e outras formas similares de ocupação informal.

Outra atividade potencialmente degradante e com potenciais impactos é a mineral (extração de areia, cascalho argila, saibro, etc.) e a fabricação de cimento, que tem como agravante a grande interferência na qualidade do ar em um raio de quilômetros. Ambas ocorrem pontualmente em determinadas áreas do DF e constituem, ainda, um elemento de grave ameaça aos recursos hídricos.

Perguntas orientadoras

- Como se dão os processos e quais são as formas de ocupação do território na Região Administrativa?
- Como estão dispostas as áreas urbanas, rurais e protegidas no espaço e como elas interagem entre si?
- Quais as principais atividades econômicas que incidem sobre a questão do uso do solo (agrícolas, pecuárias, florestais, minerais, urbanas e outras desenvolvidas) e qual seu impacto na paisagem?
- Quais são as tendências no uso e ocupação do solo e quais as principais questões sócio-ambientais decorrentes?



Mudança na conformação da paisagem entre os anos de 1954 e 2001.

Fonte: Unesco, 2003.

EIXO TEMÁTICO II. RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO

Área do Distrito Federal é dividida em três grandes regiões hidrográficas: Tocantins/Araguaia, Paraná e São Francisco e, por localizar-se numa região de terras altas, o chamado planalto, suas águas se dispersam por praticamente todo o continente.

Existem outras subdivisões hidrográficas no âmbito do DF, a primeira delas, baseada nos sete principais rios do território, a segunda, em pequenas bacias que formam unidades hidrográficas ideais para efeito de planejamento e gerenciamento em menores escalas.

Apesar de possuir uma rede de drenagem bastante farta, fato que levou o DF a ser conhecido como "berço das águas", o volume hídrico desses cursos d´água não são tão abundantes assim. A malha hidrográfica do DF é constituída por rios de cabeceira, ou seja, com baixas vazões. Os rios mais caudalosos das grandes bacias são formados nas regiões de menor altitude, ou seja, fora dos limites do Distrito Federal.

Há também as áreas de proteção de mananciais que são importantes elementos a serem considerados para a disponibilidade hídrica e qualidade das águas, incluindo as consumidas para o uso direto e dessedentação das populações.

Nesse contexto, é essencial considerar, ainda, as chamadas áreas de preservação permanente (Lei nº 4.771/1965, o Código Florestal). Entre essas áreas estão as formas de vegetação natural localizadas de forma a fornecer proteção tanto aos corpos d´água superficiais (nas faixas marginais de rios, córregos, lagos, lagoas, nascentes e reservatórios de água, naturais ou artificiais, com largura específica para cada caso) como às áreas de infiltração de água para formação de reservatórios subterrâneos (nos topos de morros, serras e montes).

Alguns dos fatores mais preocupantes no quadro de alteração dos recursos hídricos são o lançamento de esgotos tratados e *in natura* (sem qualquer tratamento), o uso indiscriminado de agrotóxicos no meio rural, a disposição inadequada de resíduos sólidos, a extração das matas ciliares e de galeria e o assoreamento dos cursos d´água em função do uso inadequado do solo.

Como visto na seção de uso e ocupação do solo, o intenso avanço agrícola e urbano sobre as áreas naturais vem ocorrendo desde a década de 50. Somente a ocupação urbana nesses 50 anos, em uma análise percentual, cresceu mais de 350 vezes.

Com toda essa transformação espacial, os danos ambientais são inevitáveis e incidem diretamente sobre a qualidade e disponibilidade das águas, o que demanda ações cada vez mais assertivas ligadas ao saneamento ambiental.

O saneamento é um dos principais aspectos para a manutenção da qualidade de vida em aglomerados populacionais e, para tanto, inclui obras, serviços e ações voltados para o combate dos níveis de insalubridade ambiental, por meio do abastecimento de água potável; coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos; promoção da disciplina sanitária no uso e ocupação do solo; drenagem pluvial; dentre outros.

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), empresa pública de direito privado, é a instância competente na prestação dos serviços de saneamento básico, atendendo a maior parte da população do DF por meio de seus sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Os sistemas estão divididos da seguinte forma:

Estações de Tratamento de Água

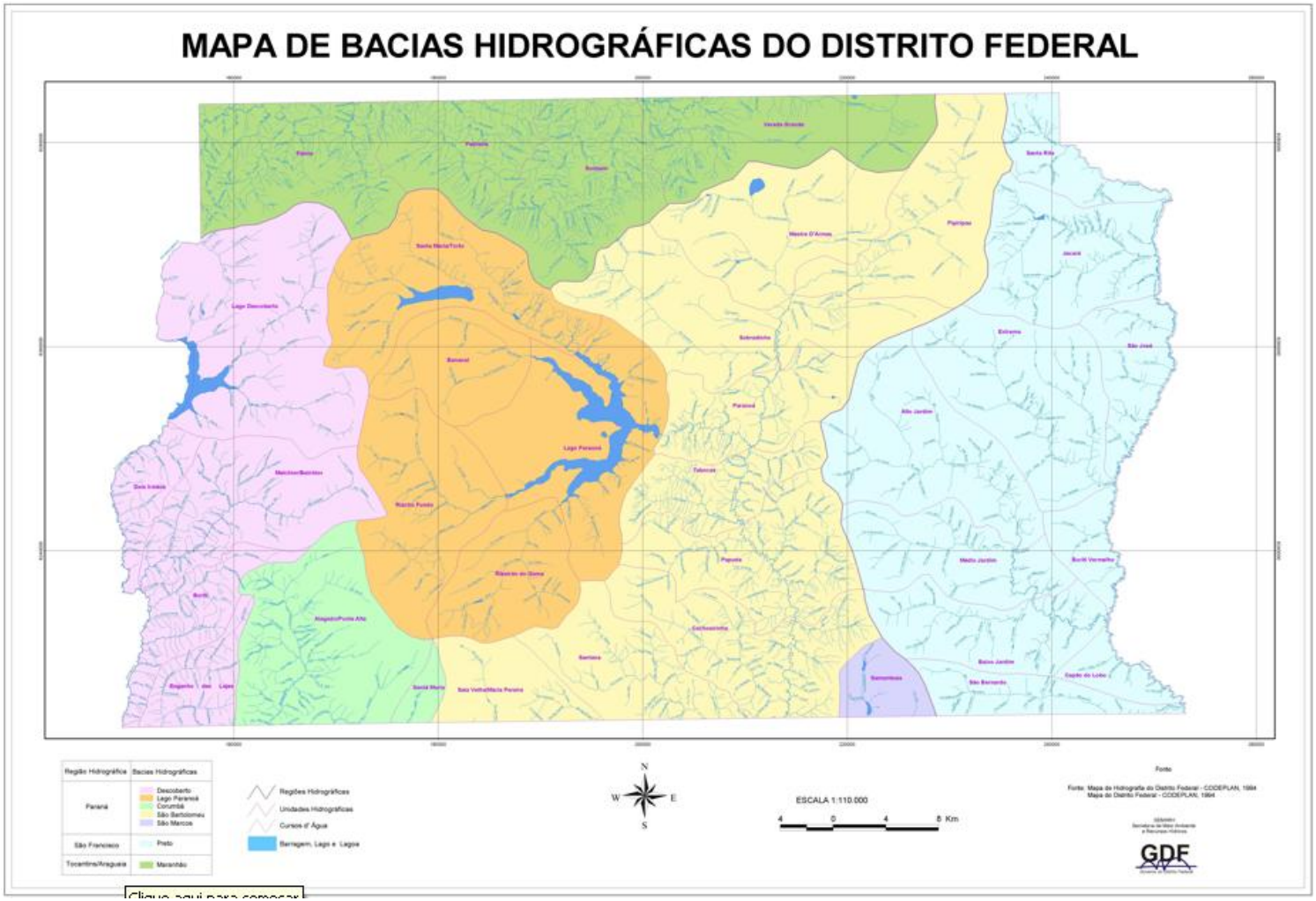
1. ETA Brazlândia
2. ETA Brasília
3. ETA Engenho das Lajes
4. ETA Lago Sul 1
5. ETA Pipiripau
6. ETA Planaltina 1
7. ETA Paranoá
8. ETA Rio Descoberto
9. ETA Vale do Amanhecer

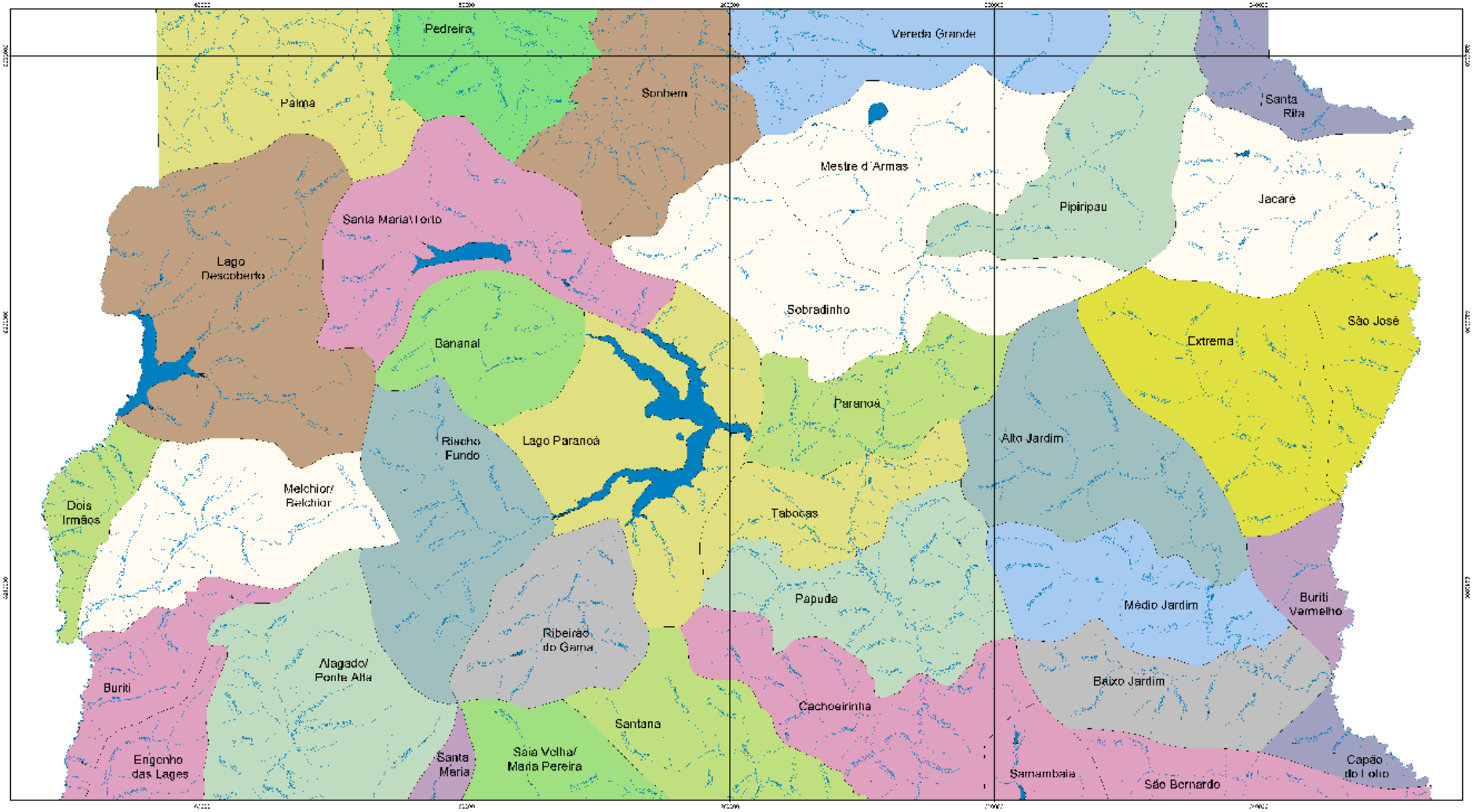
Estações de Tratamento de Esgotos

1. ETE Brasília Norte
2. ETE Brasília Sul
3. ETE Torto
4. ETE Brazlândia
5. ETE Sobradinho
6. ETE Planaltina
7. ETE Vila Aeronáutica
8. ETE Vale do Amanhecer
9. ETE Samambaia
10. ETE Santa Maria
11. ETE Alagado
12. ETE São Sebastião
13. ETE Recanto das Emas
14. ETE Riacho Fundo
15. ETE Paranoá
16. ETE Gama
17. ETE Melchior

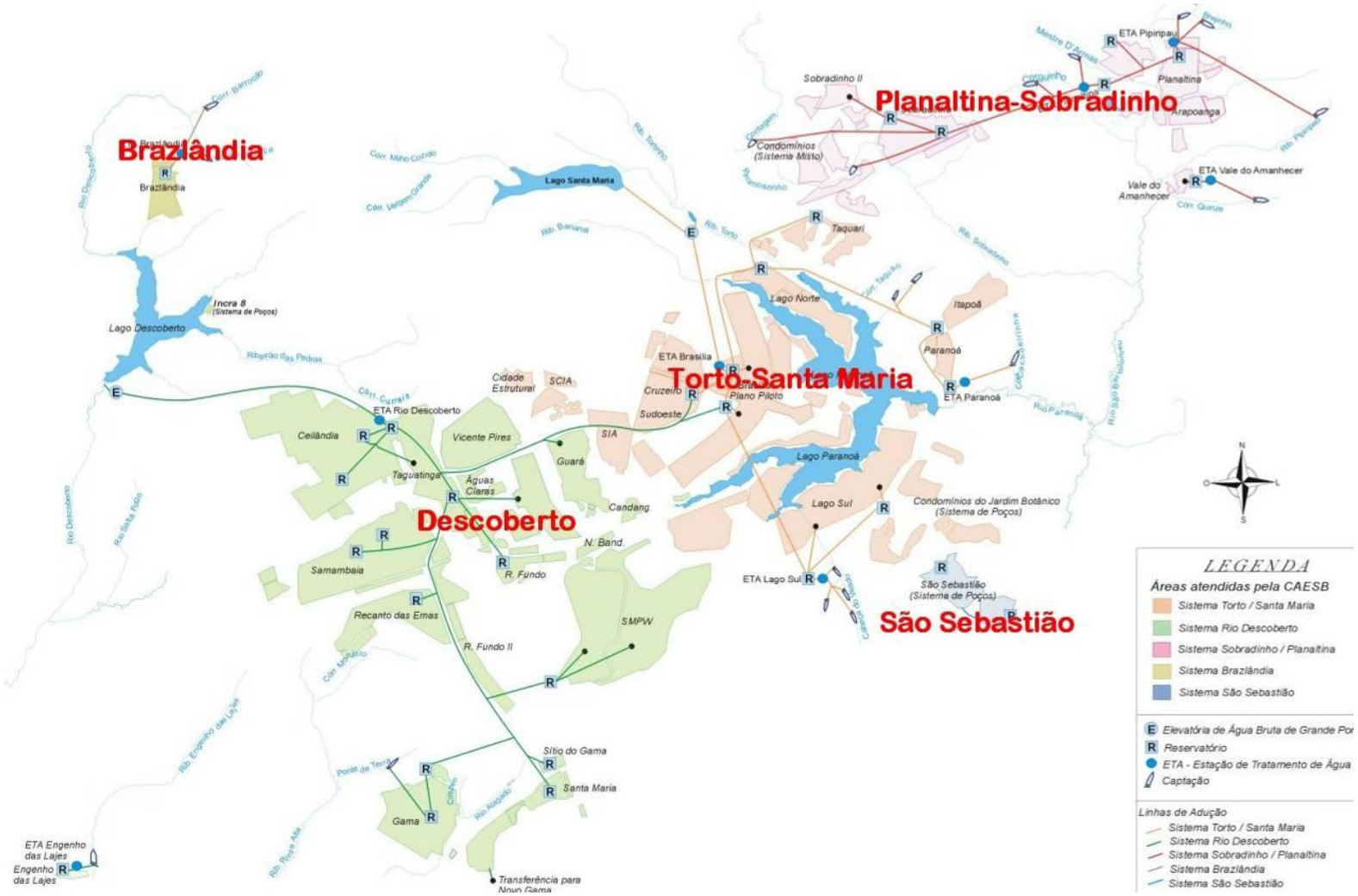
Perguntas orientadoras

- Quais bacias e unidades hidrográficas fazem parte do território da RA?
- Qual a situação geral das Áreas de Preservação Permanente? E quanto às situações de balneabilidade desses cursos d´água?
- Há na RA algum manancial utilizado ou reservado para fins de abastecimento público de água?
- De onde vem a água que abastece a RA e qual é o destino de seus efluentes?
- Os serviços de abastecimento e esgotamento sanitário cobrem toda a RA?
- Há conflitos entre a disposição de resíduos e a proteção da água nos limites da RA (considerar não somente as águas superficiais, mas também potenciais elementos de contaminação dos aqüíferos. Ex: cemitérios, postos de gasolina, lixões etc.)?
- O sistema de drenagem pluvial, ou seja, das águas das chuvas, é efetivo na RA?


MAPA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL
Região Hidrográfica
Bacias Hidrográficas
Paraná
Descoberto
Lago Paranoá
Corumbá
São Bartolomeu
São Marcos
São Francisco
Preto
Tocantins/Araguaia
Maranhão
Regiões Hidrográficas
Unidades Hidrográficas
Cursos d' Água
Barragem, Lago e Lagoa
N
W
E
S
ESCALA 1:110.000
4 0 4 8 Km
Fonte
Fonte: Mapa de Hidrografia do Distrito Federal - CODEPLAN, 1994
Mapa do Distrito Federal - CODEPLAN, 1994
GDF



Mapa de Unidades Hidrográficas do DF – Pequenas Bacias. Fonte: GDF.



Sistema de Abastecimento de Água do DF. Fonte: CAESB

EIXO TEMÁTICO III. ÁREAS PROTEGIDAS, ÁREAS VERDES E BIODIVERSIDADE

Ainda nos primórdios do projeto de estabelecimento da capital no interior do país, com a expedição da Comissão Exploradora do Planalto Central, criada em 1892, a região onde hoje se situa o Distrito Federal foi exaltada por sua abundância em recursos naturais, biodiversidade e belezas cênicas.

Antes da construção de Brasília, foram realizados estudos sobre os impactos que a nova cidade causaria sobre o meio ambiente, análises que hoje são obrigatórias para a realização de qualquer grande obra, porém, na época, uma prática incomum no país.

A despeito de seu reconhecimento em termos de riqueza ecológica e dos estudos realizados para garantir sua salvaguarda, hoje, não só em Brasília, mas no Planalto Central como um todo, o Bioma Cerrado vem sendo rapidamente substituído por outros usos, sofrendo um desmatamento médio anual de 21.260 km^2 (MMA, 2002-2008).

O Cerrado foi considerado como um dos 25 *hotspots* do planeta em uma importante pesquisa científica realizada pelo Instituto *Conservation International* - CI, ou seja, uma das áreas mais ricas e mais ameaçadas do mundo. Tais áreas representam apenas 1,4% da superfície terrestre, porém concentram mais de 60% das espécies de plantas e animais da Terra.

No projeto de Lúcio Costa para Brasília constavam áreas verdes tanto isoladas como em intersecção com as áreas construídas, às quais ele denominou escala bucólica. Apesar de declarada Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO e tombada como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo Ministério da Cultura, ou seja, mesmo cercada de significativas restrições à modificação de seu projeto original, Brasília vem perdendo a exuberância de suas áreas verdes nos novos projetos urbanísticos e imobiliários desenvolvidos.

Também foram idealizados grandes cinturões verdes estrategicamente localizados no entorno da capital. A título de exemplo, uma dessas áreas, contraditoriamente, hoje abriga a maior densidade construída do Distrito Federal e suas regiões administrativas mais populosas: Samambaia, Ceilândia e Taguatinga.

Nessa região concentram-se mais de um milhão de habitantes, o que equivale a cerca de 40% da população do Distrito Federal, que convive com importantes afluentes da Bacia do Descoberto. O Rio Descoberto é o maior manancial de fornecimento hídrico do DF, responsável pelo abastecimento de cerca de 60% da população de 11 cidades, além de fornecer água para o Sistema Integrado Santa Maria/Torto, abrangendo Plano Piloto, Lago Sul e Cruzeiro.

Frente ao crescimento acelerado das áreas urbanas e ao rápido adensamento das áreas rurais por meio do parcelamento, atualmente a criação de áreas de proteção oficialmente instituídas e normatizadas é uma das poucas alternativas para a salvaguarda dos atributos naturais e de áreas estratégicas para o abastecimento da população. No caso acima, foi criada uma importante unidade de conservação, a ARIE JK, que tem por objetivo a proteção da flora e da fauna nativa do Bioma Cerrado, dos sítios arqueológicos e das nascentes dos córregos Cortado, Taguatinga e do Ribeirão Taguatinga.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9985/2000) define as áreas protegidas como "espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as áreas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção"

São várias as categorias de áreas protegidas presentes no DF além da citada acima, algumas delas federais, outras de responsabilidade do Governo do Distrito Federal.

Entre as áreas protegidas mais restritivas, às quais chamamos de "proteção integral", o DF abriga 3 estações ecológicas (Águas Emendadas, Jardim Botânico e da UnB), 4 reservas ecológicas (do IBGE, do Guará, do Gama e do Lago Paranoá) e o Parque Nacional de Brasília.

Cada uma dessas categorias de Unidade de Conservação possui especificidades próprias que devem ser detalhadas em planos de manejo e tem em comum a possibilidade de uso indireto dos recursos naturais, ou seja, a prática de atividades que não alterem as características do meio ambiente, tais como pesquisa e educação ambiental.

Entre as Unidades de Conservação menos restritivas, às quais chamamos de "uso sustentável", foram criadas 6 áreas de proteção ambiental no DF, também conhecidas como APA: Bacia do Rio São Bartolomeu, da Bacia do Rio Descoberto, do Planalto Central, da Cafuringa, das Bacias Gama e Cabeça de Veado e do Lago Paranoá, sendo as quatro últimas de administração do Governo do Distrito Federal.

Também entre as categorias menos restritivas, são 7 áreas de relevante interesse ecológico, ou ARIE, no DF: do Paranoá, dos Córregos Capetinga/Taquara, do Santuário de Vida Silvestre Riacho Fundo, do Cerradão, do Parque Juscelino Kubitschek, do Bosque e da Granja do Ipê.

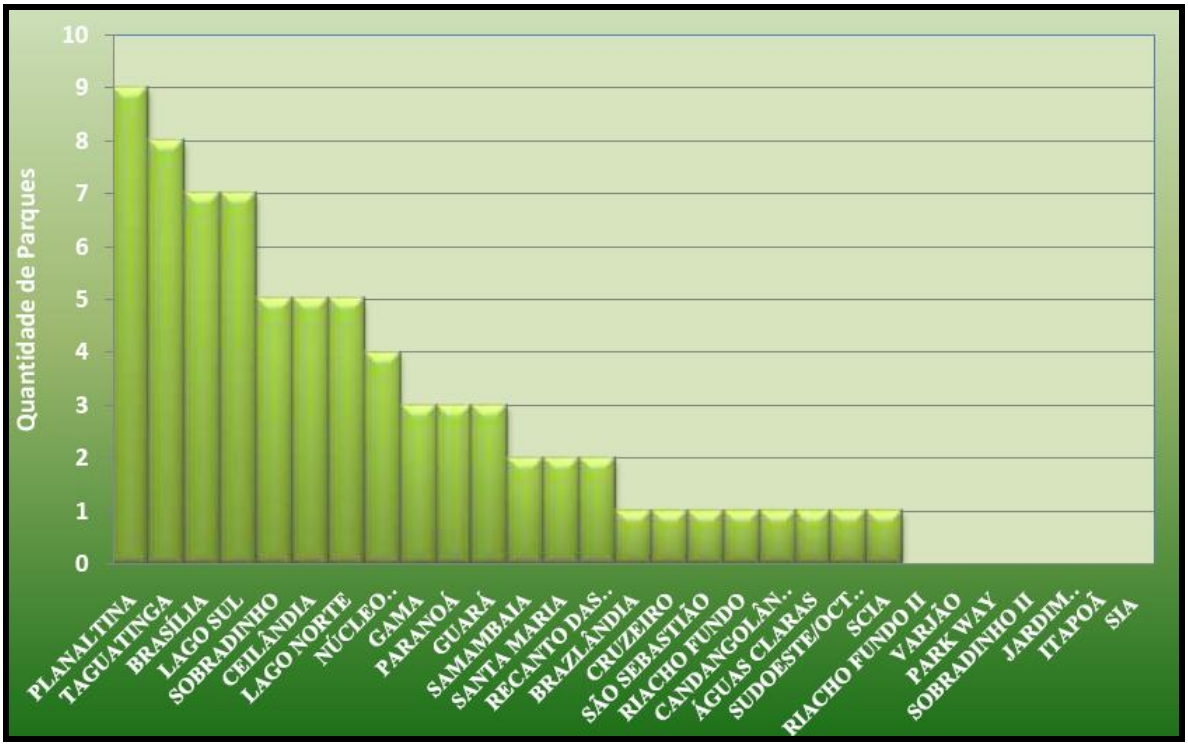
O Distrito Federal se encontra em uma situação privilegiada em relação aos outros Estados da Federação, não só pelo número de unidades de conservação, mas também pela quantidade de parques criados e pela sua abrangência espacial. Somente considerando os parques sob jurisdição do GDF, são mais de 113 mil km^2 divididos em 73 áreas, o que representa cerca de 50 m^2 de área verde por habitante[5].

Contudo, a quantidade de parques difere bastante entre as Regiões Administrativas e grande parte dessas áreas ainda não foi implementada, está abandonada e constituindo terrenos baldios, ou é eminentemente urbana, ou seja, não dispõem de atributos naturais.

A baixa incidência de implementação dos parques criados é um problema antigo e de inúmeras causas não somente no Distrito Federal. O poder público, por mais que consiga investir, terá dificuldades em implantar e, uma vez implantadas, em gerir essas áreas protegidas sem o apoio da comunidade local – interessada e beneficiária direta – de investidores e de um corpo técnico competente.

No DF, o programa governamental *Abrace um Parque* nasceu da tentativa de solucionar a questão, buscando o apoio e a participação da sociedade local na implementação e gestão dos parques.

[5] A Organização Mundial de Saúde - OMS recomenda que para uma boa qualidade de vida deva haver ao menos 12 m^2 de área verde por habitante.



Quantidade de Parques por RA. Fonte: IBRAM, 2008.

Fora as áreas protegidas formalmente constituídas, a condição de arborização das cidades é um fator que vai muito além do aspecto paisagístico ou estético: influi significativamente no microclima, combate o fenômeno das "ilhas de calor", proporciona sombra e conforto térmico aos seus habitantes, contribui para o equilíbrio e permeabilidade do solo facilitando a drenagem e atrai diversidade de fauna evitando tanto seu desaparecimento como a invasão das residências.

Perguntas orientadoras

- Existem áreas protegidas nos limites da RA?
- Quais são elas e a que categoria pertencem?
- Quais os seus objetivos de criação e que atributos naturais ou culturais elas abrigam?
- Quais as condições de implementação e gestão dessas áreas?
- A população utiliza essas áreas para a finalidade que foram criadas?
- Há na RA locais de significativa importância natural não contemplados por áreas protegidas ou em iminente ameaça?
- Qual o nível de arborização da RA?

EIXO TEMÁTICO IV. INFRA-ESTRUTURA, SERVIÇOS E SISTEMAS DE CIRCULAÇÃO

A concentração humana no espaço é, por si só, geradora de demandas específicas que proporcionem condições adequadas de vida e suporte ao desenvolvimento das atividades de sua população, ou seja, requer providências para provisão de infra-estrutura e serviços.

A distribuição populacional no território gera duas diferentes situações: por um lado, a necessidade de equacionar a dispersão humana em grandes áreas rurais, fator que dificulta o acesso à infra-estrutura e aos serviços básicos, estimulando a migração dessa população para as cidades. Por outro, lidar com o inchaço das áreas urbanas e seu gradativo crescimento marginal, fatores que demandam o permanente incremento e manutenção da infra-estrutura e serviços essenciais ao seu funcionamento.

Embora o território brasileiro possua a maior proporção de sua cobertura espacial com características essencialmente rurais, mais de 80% da população brasileira se concentra nas cidades. Quanto maior a densidade demográfica de uma área, maiores as necessidade de resposta aos problemas ambientais, à incapacidade de atendimento das necessidades básicas de habitação e de geração de emprego e renda, às carências de transporte e serviços de saúde, educação, dentre tantos outros.

As cidades podem ser consideradas sistemas urbanos em permanente processo de troca com seu meio circundante e com outros sistemas similares, processo este, tão mais complexo quanto for sua densidade demográfica, sua dimensão territorial e as modalidades de atividades ali desenvolvidas. São entradas e saídas ininterruptas de variadas classes, somadas aos próprios subsistemas internos em constante movimento.

Assim, as cidades precisam ser abastecidas e supridas, dentre outros, por água, alimentos, eletricidade, combustíveis, matérias-primas diversas, informações, ao passo em que também realizam movimentos exógenos, exportando serviços, produtos e rejeitos diversos.

Internamente, a *urbe* necessita de suportes de funcionamento e de elementos que possibilitem o uso urbano do solo, isto é, o conjunto de redes básicas de condução e distribuição, rede viária, rede de comunicação, entre outras que viabilizem a mobilidade das pessoas, o abastecimento e a descarga e a dotação de energia necessária para sua retroalimentação.

INPUTS E *OUTPUTS* DOS ECOSSISTEMAS URBANOS

O crescimento das grandes cidades resulta, quase sempre, das migrações. No processo de interiorização da população desencadeado pela construção de Brasília, a região Centro-oeste recebeu expressivos fluxos migratórios: o número de centros urbanos que somava 40 municípios em 1940, em 2001, já eram 463. Ou seja, em 60 anos, o centro do país sofreu um incremento superior a 1100% em sua população.

Quanto maiores as taxas de mobilidade espacial, menor o tempo de urbanização. O Distrito Federal e suas cidades possuem uma velocidade atípica de crescimento, superior a maior parte das demais cidades do país. Somado a isso, é fato que o entorno direto do DF congestiona parte de sua infra-estrutura e serviços, como o sistema de saúde, por exemplo. Essa característica demográfica influencia diretamente na capacidade de responder no mesmo ritmo às demandas por infra-estrutura e serviços básicos requeridos.

Sendo sucessivamente acrescidas novas Regiões Administrativas, o Distrito Federal apresenta áreas com um maior grau de urbanização e um padrão de vida elevado, se comparado ao restante do país. Tal realidade contrasta com outras, desprovidas de condições de atendimento de necessidades mais básicas e sujeitas à miséria e à favelização, nivelando-se em qualidade de vida a aglomerados humanos presentes às margens ou em áreas impróprias para habitação de praticamente todas as grandes cidades brasileiras.

Um maior grau de urbanização influencia, inquestionavelmente, no crescimento econômico de uma localidade. Quando esse processo é norteado por questões ambientais e educacionais, especialmente no tocante à salubridade ambiental e às condições básicas de saúde e saneamento, o desenvolvimento econômico é notadamente ampliado.

Perguntas orientadoras

Nesse eixo temático, recomenda-se trabalhar por itens, de acordo com as especificidades de cada RA, abordando assuntos como:

- Infra-estrutura e serviços em relação às condições ambientais e de qualidade de vida de forma geral;
- Infra-estrutura elementar de água e de esgotos e serviços de coleta de resíduos;
- Serviços de transporte e pavimentação viária;
- Fluidez das principais vias de acesso e de ligação;
- Suficiência de leitos hospitalares ou de atendimento em postos de saúde;
- Suficiência de profissionais da educação e vagas nas escolas;
- Condições de segurança;
- Provimento de áreas de lazer e recreação
- Etc.

EIXO TEMÁTICO V. EDUCAÇÃO E CIDADANIA AMBIENTAL

O grau de desenvolvimento de uma região guarda profunda relação com suas condições educacionais. Tendo a educação como prioridade de um dado território, reflexos diretos são a boa formação e os bons níveis de civilidade de seus habitantes, além da presença de capital humano para inserção pró-ativa nos novos rumos do desenvolvimento. A precariedade e baixa efetividade do sistema educativo, que abarca a educação formal e não-formal, por sua vez, geram efeitos diretamente inversos.

Consideramos que a educação para a sustentabilidade é um processo de aprendizagem permanente e de internalização do respeito a todas as formas de vida e ao meio em que se vive.

A percepção de que atitudes conscientes, por menores que pareçam, podem gerar um grande impacto na coletividade e que sem o aprimoramento de valores e ações coletivos em escala local não se poderá promover a transformação social e o equilíbrio ecológico em escalas maiores é um grande passo para que os compromissos assumidos pela sociedade nos vários níveis da *Agenda 21* se concretizem.

Consideramos que a educação ambiental deve gerar, com urgência, mudanças concretas na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal e coletiva, assim como a harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida e com seu ambiente natural e construído.

Perguntas orientadoras

- A educação formal na RA promove atividades extracurriculares relacionadas à conscientização ambiental?
- Essas atividades envolvem também a comunidade ou somente a classe estudantil? (è indicado um contato com a Regional de Ensino para coleta dessas informações, em especial os Núcleos de Monitoramento Pedagógicos)
- Existem campanhas educativas ou ações voltadas à preservação ambiental e/ou revitalização do patrimônio coletivo na RA? Quais são essas iniciativas e de onde partem?
- São notadas ações de degradação ambiental e/ou de vandalismo contra o patrimônio coletivo e privado na RA?
- Há atrativos naturais e ou culturais apropriados para a prática de atividades de sensibilização na RA? Eles são freqüentados pela comunidade? Já é realizado algum trabalho nesse sentido?

EIXO TEMÁTICO VI: SAÚDE

A saúde de um indivíduo está intimamente relacionada a diversos outros aspectos humanos: o nível de educação, o acesso à informação, as condições socioeconômicas, além de possuir estreita relação com a saúde do meio ambiente.

Esse eixo procura aproximar sua análise dos conceitos da chamada "saúde ambiental" e, portanto, o texto que se segue foi compilado de material específico da *Oficina de Formação de Mobilizadores* para a *1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental.*

Segundo CGVAM/ABRASCO (2003, *in* BRASIL, 2008), a Saúde Ambiental trata da área da saúde pública afeta ao conhecimento científico e à formulação de políticas públicas relacionadas à interação entre saúde humana e os fatores do meio ambiente natural e antrópico que a determinam, condicionam e influenciam, com vistas a melhorar a qualidade de vida do ser humano, sob o ponto de vista da sustentabilidade.

Compreende, ainda,

> *aqueles aspectos da saúde humana, das enfermidades, dos danos e do bem estar que são determinados ou influenciados por fatores do meio ambiente. Também se refere à teoria e á pratica de avaliar, prevenir, corrigir e controlar os riscos do ambiente que potencialmente podem prejudicar a saúde individual e coletiva de gerações atuais e futuras.* (OMS, in BRASIL,2008).

A Saúde Ambiental inclui o estudo tanto dos efeitos patológicos diretamente relacionados aos fatores físicos, químicos, radiológicos e biológicos quanto aos efeitos na saúde e bem estar derivados do meio físico, psicológico, social, estético em geral, compreendendo a habitação, desenvolvimento urbano, uso da terra e transporte. (DSSH/US, 2000)

Perguntas orientadoras

- Há ações de educação e campanhas de prevenção de enfermidades específicas que incidem sobre a RA e adjacências?
- Há ações efetivas de prevenção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interfiram na saúde humana?
- Há carência de serviços públicos e de medidas capazes de erradicar enfermidades causadas pela ausência de saneamento básico na RA?
- Existem na RA ambientes vulneráreis e/ou vulnerabilidades sócioambientais relacionados à saúde?
- Que processos de produção e consumo ocorrem neste território e quais os impactos no meio ambiente e na saúde?
- A RA participou efetivamente da Pré-Conferência e *Conferência de Saúde Ambiental*, recentemente realizadas? Quais os principais tópicos gerados nesses eventos que podem ser fortalecidos, constando também nesse diagnóstico?

EIXO TEMÁTICO VII. OUTROS

Esse eixo temático é destinado a incorporar aspectos pertinentes a serem necessariamente considerados, de acordo com as especificidades de cada RA, ao *Diagnóstico de Realidade Local*. Sendo assim, devem ser eleitos um ou dois diferentes eixos que não foram anteriormente tratados ou tratados insuficientemente frente à sua importância na localidade em questão.

Aqui, podem ser abordadas questões como segurança, agricultura, organização administrativa/civil, esportes, lazer e condições de entretenimento, patrimônio histórico, cultural e artístico ou qualquer outra temática considerada essencial no âmbito do território tratado.

PARTE C. LEVANTAMENTO DOS SEGMENTOS SOCIAIS

Levantar os segmentos sociais é um exercício que ajudará cada RA a visualizar sua população em diferentes enquadramentos e o nível de organização em que se encontra. Sua sistematização tornará, ainda, mais ágil o processo de aproximação com os diferentes públicos para os Seminários Regionais e para as atividades de mobilização empreendidas pelas Administrações Regionais.

Em muitos locais, não haverá todos os segmentos presentes. Em outros, é possível que se encontrem importantes parceiros para as ações que se seguem e mesmo para a composição do *Diagnóstico de Realidade Local*.

O levantamento dos segmentos sociais deverá seguir o seguinte enquadramento:

1º Setor: Governo

Além de instâncias específicas dentro do organograma das Administrações Regionais, esse segmento agrega órgãos de atuação setorial que possuam atuação segundo uma divisão administrativa por região, com atuação direta na RA, por exemplo, as regionais de ensino e de saúde.

2º Setor: Empresariado

Entidades de qualquer porte, representativas do empresariado, relacionadas à produção e à comercialização, inclusive cooperativas voltadas às questões do desenvolvimento urbano e rural.

3º Setor: Sociedade Civil Organizada

Entidade do terceiro setor sediadas e/ou com atuação na região da RA, em áreas afins às trabalhadas no diagnóstico; associações comunitárias ou de moradores e demais entidades voltadas à questões afins às trabalhadas no diagnóstico; sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores legalmente constituídos e vinculados a áreas afins às trabalhadas no diagnóstico.

Instituições de Ensino, Acadêmicas e de Pesquisa

Nesse enquadramento, não apenas as instituições sediadas na RA podem ser cadastradas, mas também instituições que possuam projetos e ações importantes na localidade.

É importante que os profissionais da educação ligados ao ensino médio e fundamental e engajados em questões ou projetos afins a esse diagnóstico também integrem o segmento, representando suas instituições.

Além de listar integrantes de cada segmento, é importante que se sistematize um quadro com contatos, de forma a facilitar a formação de uma rede social representativa para as demais etapas do *Programa Brasília Cidade 21* e seus desdobramentos.

PARTE C. LEVANTAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E EXPERIÊNCIAS SUSTENTÁVEIS

A ocasião de construção coletiva e de estabelecimento de consensos para se atingir uma qualidade de vida crescente, além do aporte de conhecimentos técnicos e mobilização comunitária, requer a promoção de meios adequados para atingir o canal sensível das pessoas, estimulando-as a se envolverem no desafio comum de mudança de paradigma.

As manifestações artísticas comprometidas com uma maior consciência sócio-ambiental, além de possuírem um caráter intrínseco de sensibilização, encontram um importante espaço para sua divulgação e participação entre os demais segmentos sociais das comunidades em que se inserem.

Nessa seção, propõem-se o levantamento de artistas e/ou manifestações artísticas que possuam como valor agregado questões afins ao desenvolvimento sustentável ou a uma maior consciência sócio-ambiental, sejam poetas, bandas musicais, grupos de teatro ou artesãos.

As chamadas experiências sustentáveis também podem ser divulgadas e fortalecidas ao longo do *Programa Brasília Cidade 21*, sejam elas projetos, campanhas e/ou atitudes limpas adotadas por determinados grupos e, para tanto, podem ser identificadas e convidadas a integrar as ações de mobilização e de elaboração coletiva de diretrizes e ações estratégicas.

PARTE D. AGENDA 21: O QUE VOCÊ TEM A VER COM ISSO?

As *Agendas 21 Regionais* e *Locais* seguem o princípio de ***'Pensar Globalmente, Agir Localmente'***. O entendimento e internalização desse princípio são essenciais, pois somente os sentimentos de pertencimento e de co-responsabilidade nas escalas de base podem proporcionar significativas mudanças em nível local, nacional e planetário.

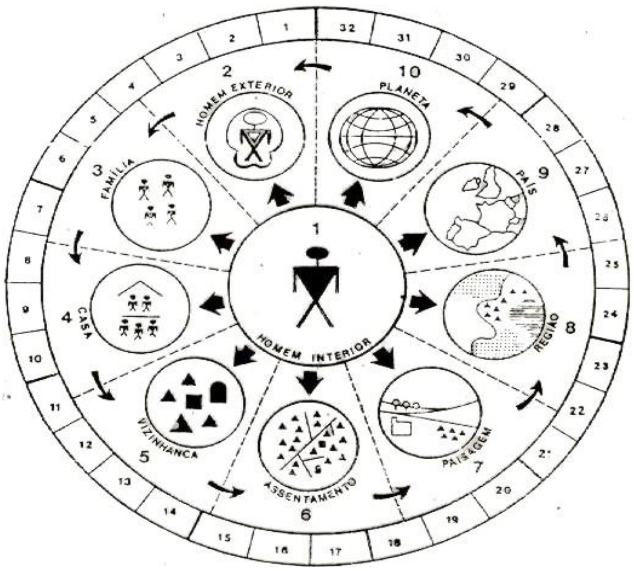
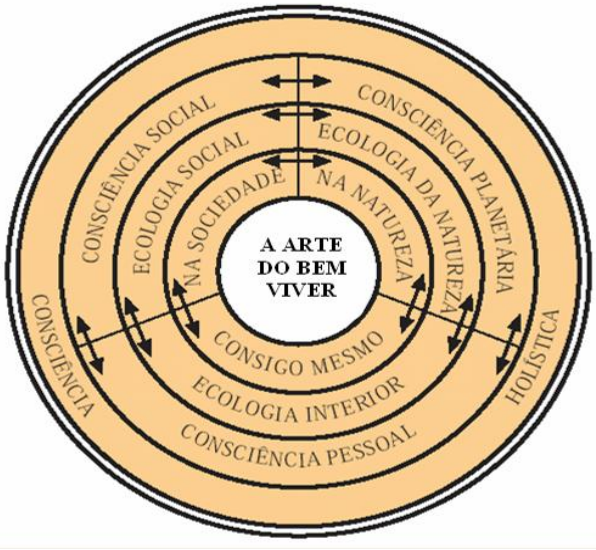
A preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. É inquestionável que as causas primárias de problemas tão grandes, como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência, são fortalecidas por pequenas atitudes em escalas bem menores.

Muitas atitudes individualistas que alimentam uma lógica insustentável de desenvolvimento são frutos da falta de uma visão global do resultado do desequilíbrio das partes no todo. Por exemplo, o modelo de civilização dominante baseado na superprodução e no superconsumo para uns e em subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria tem respaldo em pequenas atitudes individuais.

Essa seção é de caráter opcional e não deverá constar no documento de *Diagnóstico de Realidade Local*. Trata-se de um exercício pessoal para que você comece a cuidar do planeta da maneira mais local possível: por você mesmo!

A proposta é que você elabore uma lista de diretrizes e ações para que você mesmo siga em relação aos seus hábitos de consumo, ao desperdício cotidiano, ao seu cuidado consigo mesmo (física, emocional e espiritualmente), com as pessoas de suas relações de trabalho, vizinhança e família, com sua rua, com sua casa, com seu jardim.

Avalie de que forma cada um desses compromissos pessoais pode ter desdobramentos em escalas bem maiores, na medida em que mais pessoas compactuem de posturas semelhantes. Nunca se esqueça que você coexiste em diversas escalas e que pode fazer a diferença em cada uma delas.

"Você deve ser a mudança que quer ver no mundo".

Gandhi